

## DOIS PESOS E UMA MEDIDA: ÉTICA NA COBERTURA DO NOTICIÁRIO POLICIAL

Gilberto Mendes da Silveira Lobo<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo tem por objetivo discutir a ética jornalística a partir da divulgação do caso de J. C. S. L., nos sites A Gazeta do Acre, Portal da Amazônia e G1/Acre, que foi apresentado pela polícia civil do Acre como suspeito de abusar sexualmente de uma menina de sete anos de idade, em 5 de março 2013. A aparição do suspeito na imprensa acreana foi um exemplo de falta de apuração e de comprometimento ético dos jornalistas. Os veículos de comunicação aqui estudados divulgaram a notícia a partir exclusivamente das informações contidas no release da Polícia sem checar a veracidade do conteúdo. Como fundamentação, foram estudados autores como Eugênio Bucci, Claude Jean Bertrand, Francisco José Castilho Karam, entre outros.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ética; Apuração jornalística; Fontes; Jornalismo.

### ABSTRACT

The article discusses the journalistic ethics in the dissemination of the case J.C.S.L in sites Gazeta.net, Portal da Amazônia, G1 / Acre and AC24HORAS which was presented by Acre police as suspected of sexually abusing a girl seven years old, on March 5, 2013. The appearance of the suspect in Acre press was an example of lack of determination and ethical commitment of journalists. The media studied here reported the news from only the information in the release of the police without checking the accuracy of the content. In support, authors were studied as Eugênio Bucci, Jean Claude Bertrand, Francisco José Castilho Karam, among others.

**KEYWORDS:** Ethics; Journalistic Determination; Sources; Journalism.

Praticar a ética no jornalismo, para Francisco José Karam (2004), seria garantir a qualidade da informação, com base em valores universais unificados em códigos deontológicos. No entanto, a falta de ética no exercício da profissão traria danos severos à humanidade porque, segundo o autor, a informação é um dos princípios definidores da sociedade democrática. E o relato de uma falha jornalística é o pilar que vai servir de base para demonstrar como a falta de cuidado na apuração, no trato com a notícia e desrespeito à ética profissional, podem resultar no assassinato de uma reputação.

---

<sup>1</sup> Graduado em Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Acre

Como *corpus* do trabalho, tem-se o caso de J. C. S. L. Ele foi apresentado pela Polícia Civil do Acre como suspeito de abusar sexualmente de uma menina de sete anos de idade, em 5 de março 2013. O acusado foi espancado pelo pai da vítima e depois posto em exposição para que fosse filmado e fotografado. O rosto do rapaz apareceu em sites de notícias, telejornais e jornais impressos acreanos. No dia seguinte à veiculação, os noticiários estampavam títulos de retratação: “Homem espancado por suspeita de violentar criança não é reconhecido” (AGAZETA.NET, 2013, online).

Tendo como exemplo o *corpus* em estudo verifica-se que a corrida tardia é para seguir o que determina o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros: apurar informações. Até aquele momento, a imprensa tinha apenas a versão do *releas*<sup>2</sup> apresentada pela assessoria de comunicação da polícia civil. Diante do erro, os jornalistas apuraram que o pai da criança teria conseguido imagens de uma câmera de segurança de um comércio da Rua Valdomiro Lopes, em Rio Branco, no Acre. No vídeo, J. C. S. L. empurrava uma bicicleta e atrás dele aparecem duas crianças. O pai interpretou que uma delas era a vítima e essa era, a princípio, a única prova do suposto crime.

O homem foi levado à mídia mesmo antes de ser mostrado à principal testemunha do caso – a própria vítima, que o inocentou. Mas isso não deu fim ao julgamento prévio da opinião pública. Por um erro da polícia e, conseqüentemente, da imprensa acreana, mesmo quem é inocente precisa se livrar da condenação da sociedade.

O fato levanta questionamentos sobre ética e a importância da apuração jornalística. Como afirma Pereira Junior (2010), todas as fontes precisam ser apuradas e todas as informações precisam ser checadas à exaustão para que a pressa em ser o primeiro a noticiar não prejudique a reputação dos envolvidos no caso. Segue o pensamento do autor:

A apuração de informações, a investigação, é a pedra de toque da imprensa, seu *álibi*, a condição que faz um relato impresso ser jornalismo, não literatura. É a espinha dorsal do trabalho jornalístico. Mas entre a descoberta de um rumor e a publicação da notícia, zonas de sombra se instalam, sinais amarelos acendem (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 73).

---

<sup>2</sup> Releases é um texto feito por uma assessoria de comunicação e distribuído à imprensa.

Como forma de retratação da imprensa acreana, foram exibidas ou publicadas entrevistas com o homem acusado de estupro. No Portal Amazônia, uma frase resume o sentimento de quem foi pré-julgado por causa do excesso de confiança dos jornalistas em fontes oficiais: “Me espancaram como se eu fosse um marginal, como se eu fosse o culpado. Não fui eu!” (MOURA, 2014, online).

De acordo com o Felipe Pena (2008), as fontes oficiais são sempre as mais tendenciosas. “Têm interesses a preservar, informações a esconder e beneficiam-se da própria lógica do poder que as colocam na clássica condição de *Instituição*. Governo, institutos, empresas, associações e demais organizações estão nessa categoria” (PENA, 2008, p. 62). No caso em estudo, a assessoria da polícia é fonte oficial e tem como principal interesse divulgar ações rápidas e eficazes de combate ao crime dos policiais. Cabe aos jornalistas, portanto, investigar os dados repassados, antes de publicá-los.

Como as informações não foram checadas, J. C. S. L foi moral e fisicamente agredido, mesmo não tendo passagens anteriores pela polícia, sendo casado e pai de uma menina – que na época do crime tinha 17 anos. O local onde foi preso e espancado era próximo a casa dele. Em um trecho da reportagem do Portal da Amazônia, ele conta a reação que teve diante da violência e das acusações recebidas:

‘Cheguei ao bar de manhã e joguei duas partidas de sinuca. Por volta das 11h30, um rapaz, que até então eu não conhecia, veio em minha direção e me deu, antes mesmo de falar comigo, dois chutes na altura do peito [...] Há sete anos, sofri um acidente de moto e criei um coágulo na cabeça. A primeira coisa em que pensei foi proteger a cabeça mas, mesmo assim, eles atingiram meu rosto. Foi nessa hora em que desmaiei por alguns momentos’, relatou, dizendo que apesar de o rosto ser a área visível mais atingida, todo o corpo foi golpeado com chutes e socos. ‘Bateram nas minhas costas, nas pernas, no braço e na cabeça. Não restou nenhuma parte do meu corpo em que eles não pegaram’ (MOURA, 2013 online).

Na mesma matéria, o homem fala das consequências de ter tido seu nome e imagem expostos no noticiário policial como principal suspeito do estupro de uma criança: “Trabalhei em locais grandes. Fui garçom, fui barman. As pessoas me conhecem. Imagina a vergonha que estou passando?” (MOURA, 2014, online).

O jornalista Altino Machado (2013), na época do ocorrido, publicou em seu *blog* um texto intitulado "E agora José?":

José Célio de Souza Lucas, 38, desempregado, pai de família.  
Mais uma vítima da irresponsabilidade da polícia e dos urubus

da imprensa. Suspeito de ter estuprado uma criança de sete anos na periferia de Rio Branco, foi quase linchado e teve o nome e o rosto estampados nos últimos dois dias nos veículos de comunicação do Acre. Depois do massacre moral, não foi reconhecido pela criança como o estuprodo alardeado por moradores, polícia e imprensa. Desabafo de José Célio de Souza Lucas aos urubus da imprensa, após ter sido declarado inocente pela polícia nesta manhã: - Agora eu quero justiça. Quero fazer todos os procedimentos de meu direito. Sou uma pessoa do bem, não tenho nenhuma passagem pela polícia. A minha vida é só trabalho e quem me conhece sabe. Minha imagem vai ficar suja e eu não quero. Tenho filhas e não faria uma coisa dessas. Até o prestigiado G1 embarcou na canoa furada. (MACHADO, 2013, online)

Dias depois desse equívoco na investigação, foi apresentando à imprensa pela polícia, o gari José Arnaldo Barbosa Pinto, de 45 anos, apelidado de “Gaguinho”, sob a acusação de ser autor do estupro contra a criança de sete anos, segundo reportagem publicada no portal de notícia G1/Acre. O gari, de acordo com a notícia do site, foi reconhecido pela vítima:

De acordo com o delegado Frederico Pires Tostes, que estava de plantão na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), local onde funciona o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente (Nucria), a menina foi levar o lixo para ser recolhido pelos garis que estavam na rua, quando reconheceu o gari José Arnaldo, como autor do crime. Imediatamente ela retornou para casa e falou para o pai, que ligou para a polícia.

"Nesse momento o autor evadiu-se e pediu para que um amigo retirasse o lixo daquela casa. A família acionou a Polícia Militar, que fez a prevenção dele e levou o homem à delegacia. Colocamos o autor ao lado de outras pessoas, a criança reconheceu sem sombra de dúvidas", afirmou o delegado. (G1/ACRE, 2013, online)

O advogado de "Gaguinho" foi ouvido pelo site de notícias e levantou a suspeita de mais uma vez a polícia ter errado, mesmo assim, mais um cidadão teve o rosto exposto ao julgamento público promovido pela imprensa:

O advogado Manoel Do Carmo, que defende o maratonista e gari da prefeitura de Rio Branco, José Arnaldo Barbosa Pinto, 45, preso no dia 28 acusado de estupro de uma garota de apenas 7 anos, crime ocorrido no dia 5 de março deste ano nas proximidades FIRB FAAO, disse que seu cliente é mais uma vítima do engano da polícia e postou no Youtube, um vídeo em que aparece a menor vítima e um homem supostamente autor do crime e que não é o maratonista. Segundo o advogado, muito embora a menor tenha reconhecido Arnaldo como o autor do crime, ela ainda passa por sérios problemas de trauma pelo ocorrido durante a violência sexual e a polícia tem como prova contra o seu cliente,

imagens que mostram claramente não ser ele que aparece na companhia da criança.

Um dia após o referido estupro, um outro homem que supostamente teria sido flagrado pelo circuito de câmeras de vigilância de comércio nas proximidades da barbárie, chegou a ser espancado por populares e exibido pela polícia á imprensa como sendo o autor do crime. Mais tarde ficou comprovado que o mesmo era inocente. (AC24HORAS, 2013, online)

Dessa forma, o que se apresenta ao público é apenas o espetáculo, sem levar em consideração contextos e condições humanas. Um erro, nesse caso, não é exemplo para que outras falhas não aconteçam. Um erro, para a imprensa acreana, é apenas mais uma pauta a ser cumprida e corrigi-lo é simplesmente mais uma oportunidade de fechar um edição de jornal, site ou telejornal.

## **A Ética no noticiário policial**

O assessor de comunicação da polícia civil do Estado do Acre, Pedro Paulo (2014), em entrevista concedida para elaboração deste artigo, disse que acusados são apresentados aos meios de comunicação para que outras supostas vítimas possam reconhecê-lo. Diante dessa afirmação, é até possível pensar que a imprensa, ao noticiar a prisão de um suspeito, faça um serviço público. No entanto, levar em consideração os interesses de apenas um lado da notícia é uma falha que vai de encontro ao que está determinado no capítulo segundo, artigo quarto, do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros que diz: “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação” (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2007). Diante dessa comodidade de ouvir apenas um lado da história e o dever de apuração ampla e precisa, surge o dilema ético do jornalismo, objeto desse estudo.

Eugênio Bucci (2000) diz que o “jornalismo é conflito, e quando não há conflito no jornalismo, um alarme deve soar”. E, segundo o autor, o jornalismo evoca a ética porque a comunicação social está permeada de interesses conflituosos que precisam ser orientados. Portanto, o que ele enfatiza é que não se deve dar espaço a distorções em nome de interesses movidos por motivos particulares, de pequenos grupos ou de instituições.

Para Bucci (2000), a investigação de casos que envolvem agentes públicos, como senadores, deve ter o mesmo peso que a prisão decretada de um desempregado de

uma região pobre. Mas, infelizmente, não é isso que acontece. Certamente, se o acusado do crime de estupro fosse rico e/ou ocupasse cargo importante, a Polícia não teria se apressado em divulgar sua imagem à imprensa.

No caso aqui estudado, por exemplo, qual seria a relevância de uma reportagem sobre um suspeito de estupro, cuja investigação policial estava em seus primeiros passos, com muito ainda para ser investigado, inclusive com testemunhas e vítimas a serem ouvidas? As notícias, nestes moldes, seria, como frisa Bucci (2000) um pecado capital do jornalismo – o assassinato da reputação.

O fato aqui analisado assemelha-se muito ao caso da Escola Base, acontecido no bairro Aclimação, em São Paulo, na década de 1990, destacado por Bucci (2000):

Em março de 1992, uma denúncia infundada de abuso sexual das crianças do maternal alastrou-se em ritmo de histeria coletiva em televisões, rádios e jornais. A escola foi pichada, atingida por um coquetel molotov e depredada. A casa de dois dos acusados foi saqueada. Alguns ficaram presos em condições humilhantes. Dois meses depois das denúncias, os jornais iniciaram o mea culpa e vários artigos e reportagens tentaram recompor a verdade. Mas a vida dos acusados jamais se reconstruiu (BUCCI, 2000, p. 158).

Esse relato de Bucci (2000) mostra que o excesso de confiança na fonte oficial, passa por cima dos princípios éticos da profissão de jornalista. Falhas na cobertura policial, de acordo com o autor, são atribuídos aos seguintes aspectos: à falta de qualificação profissional dos repórteres, problema ligado ao reduzido espaço de discussões sobre o tema nas faculdades de Comunicação pelo Brasil. A cobertura policial tem como base apenas a fonte policial, sendo apenas a reprodução de uma ação a partir do fato violento em si, desconsiderando as causas e o contexto.

Falta também educação para promover um aprofundamento dos assuntos. Claude-Jean Bertrand (1999) enfatiza a necessidade de o jornalista ter conhecimentos “gerais e uma especialidade”:

A incompetência assume formas diversas: empregar termos sem os definir, utilizar mal as estatísticas, simplificar questões complexas, apresentar hipóteses como fatos comprovados, generalizar a partir de alguns exemplos, tirar conclusões injustificadas. Poucos códigos recomendam possuir conhecimento em áreas como a ciência ou o direito, o ensino ou a indústria [...] lamentar-se às vezes o desconhecimento que os jornalistas teriam de economia [...] Os códigos esquecem-se de estabelecer como fundamental que os jornalistas dominem sua própria língua e conheçam sua própria cultura. [...] Tradição, conservadorismo, rotina – Os usos e costumes jornalísticos

# TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

constituem um obstáculo considerável à deontologia. Preguiça, insensibilidade burocrática, falta de imaginação geram a rotina: cobrem-se os mesmos setores; seguem-se os mesmos fenômenos; publicam-se os comunicados; consultam-se os mesmos supostos especialistas. (BERTRAND, 1999, p. 116-117)

Para Ciro Marcondes Filho (2002), os avanços tecnológicos também têm influência nessa prática de um jornalismo apressado e oficial. Para ele, as redações foram obrigadas a se adaptarem às novas tecnologias. Assim, a produção fica mais barata e o número de profissionais envolvidos no processo de produção jornalístico é reduzido. Na opinião de Ciro Marcondes (2002), com os computadores em rede e a internet, os jornalistas precisaram acompanhar o aumento do fluxo de informações, e assim sendo, passasse a trabalhar na velocidade do sistema.

Com isso, o que passa a importar não é a qualidade da informação, mas a velocidade com que é repassada ao público e o quanto tem potencial sensacionalista. E o debate promovido pelas mídias jornalísticas, nestes casos, não é no sentido de mostrar a problemática da violência na sociedade, mas meramente preencher o noticiário. Por consequência, o jornalista deixa de ser um analista de fatos e vira um reproduzidor do discurso das fontes oficiais. O preço a pagar, para Ciro Marcondes Filho (2002), seria o de que:

A informação produzida e circulada nas redes, incide adicionalmente sobre o papel histórico do jornalista como um contador de histórias (repórter) mas também como um explicador do mundo (analista/comentarista). Essas funções hoje em dia prejudicadas com o desencanto e a crise dos meta-relatos, puseram em descrédito todos aqueles que outrora batalhavam por revelar uma verdade, uma explicação, “a chave” dos conhecimentos (MARCONDES FILHO, 2002, p.30).

Há outros responsáveis por esse jornalismo superficial praticado atualmente. A desvalorização dos profissionais é o reflexo de que a cadeia econômica preenchida pelas empresas de comunicação também estão mais preocupados com os lucros do que com a contribuição social. A responsabilidade social esbarra no discurso e fica apenas como uma bandeira que está sempre em meio mastro, cenário desenhado por Marcondes Filho (2002) para atual geração da imprensa mundial. Karam (2004) acrescenta que o jornalismo habita seu próprio simulacro: “o marketing da comunicação”, ou seja - é notícia apenas o que interessa ao mercado consumidor e nisso resume-se o universo das

informações. Elas jornalísticas, na atualidade - e ainda cogita a hipótese de que o jornalismo não passe de aproveitador da vaidade, solidão ou ignorância alheias.

A autora Mayra Rodrigues Gomes (2002) diz que os personagens de reportagem parecem não passar de nomes sem vida em um texto jornalístico, cujas imagens são insignificantes a ponto de não precisarem ser preservadas, respeitadas. A ética, nos moldes modernos, como sugere Gomes (2002), tem sido definida pela individualidade e pelo rompimento de alguns valores éticos.

Com base nesse pensamento, ela diz que o jornalismo passa por uma “dicotomia” que põe frente a frente o individualismo e o código de ética. Assim sendo, cada indivíduo teria de decidir a sua própria conduta, cultivar seus próprios valores. E essa discussão, chega a questionar a necessidade real da Ética na profissão de jornalismo.

No entanto, Karam (2004) é enfático quando defende que a Ética é o respeito ao coletivo, mesmo que os códigos de conduta precisem também passar por reformulações para que sejam mais completos, é preciso respeitá-los. O jornalismo precisa ser um guia para o fluxo de informações, mas sempre levando em consideração o respeito aos seres humanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos, é possível observar que as fontes oficiais ainda influenciam negativamente os jornalistas, que por sua vez, esquecem que podem ser facilmente manipulados quando não apuram as informações recebidas. No caso do estupro, evidenciou-se o quanto os interesses da polícia predominaram em relação aos interesses do exercício adequado da profissão de jornalista.

Pode-se afirmar ainda que os baixos salários, a falta de estímulo e de formação profissional adequada dificultam o trabalho desses profissionais. Um complicador disso tudo é a cobrança por quantidade e não por qualidade nas redações jornalística. Dessa forma, não há apuração de qualidade. Nos últimos tempos, a lógica das empresas tem sido aumentar o faturamento e a produção, porém reduzem as contratações. Nesse contexto, a ética não é uma prioridade. Para mudar o cenário da comunicação será

# TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

preciso investir mais em especialidades, qualificar melhor os jornalistas, em outras palavras, valorizar a profissão.

No que se refere aos casos policiais, é preciso tomar cuidado para não transformar suspeitos em culpados pela opinião pública. Percebe-se, por intermédio desse estudo, a necessidade de existir mais debates sobre as práticas e as perspectivas éticas do jornalismo. Afinal, pessoas não podem ter suas vidas destruídas pela mídia e a pela opinião pública por erros causados pela falta de checagem e apuração da notícia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GAZETA DO ACRE. **Polícia prende gari acusado de estuprar criança de sete anos em matagal de Rio Branco.** Disponível em: <<http://agazetadoacre.com/noticias/policia-prende-gari-acusado-de-estuprar-crianca-de-sete-anos-em-matagal-de-rio-branco/>>. Acessado: 15 julho de 2014.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BERTRAND, Claude Jean. **A deontologia das mídias.** Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 1999.

FILHO, Ciro Marcondes. **A saga dos cães perdidos.** 2ª ed., São Paulo:Hacker Editores, 2002.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética Jornalística.** Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>>. Acessado em: 17 de outubro de 2014.

KARAM, Francisco José Castilho. **A Ética jornalística e o interesse público.** São Paulo: Summus, 2004.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Ética e Jornalismo: uma cartografia dos valores.** São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

MACHADO, Altino. **E agora José?.** Disponível em: <<http://www.altinomachado.com.br/2013/03/e-agora-jose.html>> Acessado em: 12 de jan. de 2015.

MATOS, Salomão. **Advogado de gari preso acusado de estuprar menina de 7 anos diz que polícia comete novo engano.** <<http://www.ac24horas.com/2013/04/03/advogado-de-gari-preso-acusado-de-estuprar-menina-de-7-anos-diz-que-policia-comete-novo-engano/>>. Acessado em: 15 de julho de 2014

# TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

MOURA, Anne. **Homem é espancado, preso e liberado pela polícia no Acre.** Disponível em: <<http://www.portalamazonia.com.br/editoria/cidades/homem-e-espancado-pres-e-liberado-pela-policia-no-acre/>>. Acessado em: 20 de outubro 2014.

PAULO, Pedro. **Entrevista concedida à Gilberto Lobo.** Rio Branco, 14 de out. 2014.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2008.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A Apuração da notícia:** métodos de investigação na imprensa. Petrópolis: Vozes, 2010.

RIBEIRO, Veriana. **Gari é reconhecido por menina vítima de estupro na capital acreana.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/03/gari-e-reconhecido-por-menina-vitima-de-estupro-na-capital-acreana.html>>. Acessado em: 15 de julho de 2014